



Anais da Assembléia

Nº 77

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE AGOSTO DE 1982

ANO VIII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 66.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 1982
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretária-
da pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Edilson Alen-
car.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes
Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori
Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Squarezi, Ezequias Losso, Edilson
Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim,
Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Mar-
tins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni
Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côr-
tes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Ga-
briel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto
Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos
Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont,
Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário
Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista,
Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Rena-
to Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli,
Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos,
Tulio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi,
Werner Wanderer e Wilson Fortes (58)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Pre-
sidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus,
iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão
anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Emenda:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

Artigo único — "Fica suprimido o Inciso XVI do artigo
22'."

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1982.

(aa) FIDELCINO TOLENTINO e GABRIEL SAMPAIO

Apoio: Nilso Squarezi, Deni Schwartz, Trajano Bastos,
Antônio Facci, Gilberto Carvalho, Erondy Silvério,
Valduga, Fiori Luiz, Gernote Kirinus, Nestor Baptista, Mário
Celso, Nilton Friedrich, Gabriel Manoel, Fuad Nacli, Carlos
Zanlorenzi, Tadeu Lúcio Machado, Edilson Alencar e José
Tavares.

JUSTIFICATIVA:

Por um lapso ficou constando no texto da Constituição
em vigor, que para a eleição do Governador, Vice-Governador e
para o preenchimento de uma vaga, na renovação dos dois ter-
ços do Senado Federal, seria composto um Colégio Eleitoral,
quando o texto atual já prevê eleições diretas.

Esta emenda tem por objetivo sanar um lapso.

Requerimento.

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER o envio de expediente ao Depar-
tamento de Estradas de Rodagem, encare-
cendo providências tendo em vista a situa-
ção que se encontra o trecho asfáltico da
estrada que liga Vera Cruz a Diamante do
Oeste, Município de Matelândia.

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regi-
metais, REQUER envio de ofício ao Departamento de Estra-
das de Rodagem solicitando urgentes providências face à grave
situação do trecho asfáltico que liga Vera Cruz a Diamante do
Oeste, no Município de Matelândia, pois é desprovido de acos-
tamento e o trânsito de tração animal é muito intenso. A inse-
gurança, portanto, é generalizada. As informações são de que os
acidentes são diários, inclusive, com vítimas fatais. As comuni-
dades estão em estado de total insegurança. Recebemos abaixo-
assinado com mais de 200 assinaturas pedindo solução do
caso.

Requer envio de cópia à Câmara Municipal de Matelândia
e Céu Azul.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 60/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica instituído no Poder Legislativo o
"Diploma de Honra ao Mérito Esportivo", aos atletas parana-
enses que, nas respectivas modalidades, tenham mais se desta-
cado nas últimas temporadas.

Art. 2.º — Cada modalidade esportiva somente poderá
ter um atleta agraciado, excetuando-se o esporte em que houver
as categorias masculina e feminina, quando, então será escolhido
um de cada sexo.

Art. 3.º — Somente poderão ser escolhidos atletas cujas
modalidades são disputadas oficialmente no Paraná e que, obri-
gatoriamente, tenham federação esportiva específica.

§ 1.º — Os atletas a serem escolhidos deverão ter dispu-
tado campeonatos, torneios ou provas paranaenses, sempre
organizadas por federações; ou de âmbito nacional, quando re-
presentando o Paraná; ou internacional, em nome do Brasil.

§ 2.º — Em hipótese alguma poderão ser escolhidos atle-
tas brasileiros radicados no exterior e que lá disputem seus cam-
peonatos — bem como os atletas estrangeiros radicados no
Paraná.

Art. 4.º — A Mesa da Assembléia Legislativa constituirá
uma comissão de três Deputados, de comprovada experiência
em assuntos esportivos e de lazer, sendo um deles designado
como coordenador, para diligenciar junto às federações espor-
tivas, cronistas e outras entidades, visando a consecução dos
objetivos deste diploma legal.

§ 1.º — A Comissão apresentará relatório consubstanciado
dos seus trabalhos, submetendo-o à Mesa da Assembléia Legisla-
tiva do Estado do Paraná, para a sua aprovação.

§ 2.º — Excepcionalmente, a citada Comissão, poderá a
título de colaboração, sugerir, naquele relatório, nomes de des-
portistas, não atletas, mas que tenham prestado relevantes ser-
viços ao esporte paranaense e brasileiro, a fim de, igualmente,
receberem o diploma de que trata esta Resolução.

Art. 5.º — Os diplomas serão entregues em sessão solene

especialmente convocada, sendo que para as assinaturas que deverão constar dos pergaminhos adotar-se-á o mesmo critério estabelecido na outorga do "Diploma de Cidadania Honorária".

Art. 6.º — As despesas decorrente com a execução desta Resolução, correrão por conta das verbas próprias do orçamento.

Art. 7.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1982.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

O incentivo ao esporte é medida do mais alto alcance cultural.

O poder público deve estar atento às realizações de natureza esportiva, sobretudo para conceder amparo às modalidades esportivas amadoras.

A honraria consubstanciada no Diploma, previsto na Resolução, visa exatamente conferir distinção pessoal à figura do atleta que se notabiliza em determinada modalidade de competição.

A disciplina da comenda está minuciosamente estabelecida em termos claros e práticos, de modo que tanto a Assembléia como o esporte e os desportistas paranaenses darão sua colaboração inestimável à nossa cultura.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sgarezi.

O SR. NILSO SGAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É muito comum em campanha eleitoral, dizer-se que, para os amigos, se retira os defeitos e se apresentam só as virtudes; e, para os adversários, se retiram as virtudes e se apresentam só os defeitos.

Mas, assumo a tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para registrar o desmentido categórico e formal de um expediente eleitoral, ou eleitoreiro, que começa a ser divulgado entre o funcionalismo público deste Estado.

Uma onda bem orientada de boatos, diz que, se o PMDB ganhar as eleições no Paraná, o Senador José Richa demitirá todos os funcionários "celetistas" do Estado.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, convenhamos que isso não passa de uma grossa mentira, com o objetivo certo e determinado de angariar votos na base do temor daqueles que têm um emprego garantido, hoje, quando nós sabemos que esses "celetistas" passam da casa dos 20.000 serventuários. E isto equivaleria a dizer que, com suas famílias, representaria um contingente de, aproximadamente, 80 a 100.000 votos, o que poderia decidir uma eleição no Estado do Paraná.

Primeiro, é inconcebível que alguém acredite nesta história, porque, retirados ou substituídos todos esses funcionários, entraria em colapso a própria máquina administrativa do Estado; e, em segundo lugar, porque não é objetivo da Oposição, chegar ao Governo para perpetrar injustiças, e para privilegiar pessoas.

O que orienta a Oposição, no Paraná, é uma nova tomada de princípios administrativos, e uma nova filosofia de Governo. Esta filosofia que tem sido debatida nas diretrizes do Governo Richa.

Evidentemente que o nosso candidato fará e formalizará este desmentido, para que esta onda não se propague. Mas, isto serve para demonstrar, acredito eu, os expedientes, as pressões, que se procuram criar para que esta eleição seja disputada num nível totalmente anti-democrático.

Se hoje, nós, às vésperas das eleições, se os candidatos ao pedirem o voto ao eleitor, e serem interrogados por este eleitor: como eu devo fazer para votar no Senhor? Nós, candidatos, da Oposição e do Governo, não sabemos ainda responder, por não

existir ainda um modelo de cédula adequado, nós ficamos atônitos, de como esta eleição deverá se desenvolver; se fontes do Governo divulgam uma mentira tão deslavada como esta, de que a Oposição, se chegar ao Poder, demitirá todos os funcionários "celetistas", Sr. Presidente e Srs. Deputados, é porque sabemos que o desespero já atingiu alguns setores do Governo.

E quando temos notícia de que o Presidente Figueiredo vai enviar ao Congresso Nacional um modelo de cédula em que não conste a sigla partidária, nós nos perguntamos: por quê então este Governo baixou o pacote do voto vinculado, obrigando o eleitor a votar no Partido? E este Governo, agora, manda um modelo de cédula em que retira o nome dos Partidos?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, realmente é de se desconfiar se alguns setores do Governo pretendem, e querem, como afirma Vossa Excelência muito bem, — e já tem afirmado — : será que realmente vamos ter eleições?

O prazo para aprovação por decurso de prazo estará praticamente a 30 dias antes das eleições.

Então, a 30 dias antes do pleito, não saberemos como orientar o eleitor, porque não sabemos ainda qual será o modelo da cédula.

Isto, resumindo, significa dizer que são as condições de um regime autenticamente democrático? Ou são as condições mínimas para que uma eleição se realize legitimamente? A eleição será legítima nessas regras? Fica a interrogação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não havendo oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expedientes, consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS. — (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição do Estado, de autoria dos Srs. Deputado Fidélino Tolentino e Gabriel Sampaio, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente. — **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso para conhecimento dos Srs. Deputados.**

Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 05/82, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao "DOUTOR MÁRIO AUGUSTO DE QUEIROZ". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 07/82, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que autoriza o Poder Executivo a doar, a Associação Comercial de Cornélio Procopio um terreno, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 11/82, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO CATÓLICA E FILANTRÓPICA DO SUBLIME PEREGRINO", com sede e foro em Curitiba - PR.

Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 20/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 31/82), que doa ao Município de Curitiba, lotes que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 44/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 48/82), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Curitiba área de terreno, destacada do imóvel denominado "CAPÃO COURISCO", no Bairro do Portão, nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 46/82, de autoria do Deputado CYRO MARTINS, que declara de utilidade pública "A CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO PONTAGROSSENSE", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 46/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública "A Casa do Estudante Universitário Pontagrossense", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1982.

(a) CYRO MARTINS.

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 21.04.60, com sede na Rua Balduino Taques, 1.616, em Ponta Grossa, "A Casa do Estudante Universitário de Ponta Grossa", tem como objetivo auxiliar os estudantes que vêm de outros municípios, estudar na Universidade local, mantendo alojamentos e alimentação e os meios necessários para morar e estudar.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 46/82

PARECER

Da lavra do ilustre Deputado CYRO MARTINS, objetiva o presente Plano de Lei declarar de utilidade pública a "CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO PONTAGROSSENSE", com sede na cidade de Ponta Grossa.

Encontra-se o processo revestido das formalidades legais e regimentais, estando em condições de prosseguir a tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Nestas circunstâncias, nossa opinião é favorável à APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1982.

(aa) Paulo Camargo, Presidente, Airton Cordeiro, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 63/82, de autoria do Deputado CYRO MARTINS, que declara de utilidade pública "O SERRA CLUBE DE PONTA GROSSA", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 63/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública "O Serra Clube de Ponta Grossa", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1982.

(a) CYRO MARTINS.

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 24.11.72, com sede à Praça Mal. Floriano Peixoto, 581 rem Ponta Grossa, "O Serra Clube de Ponta Grossa", tem como objetivo principal, dar às instituições educacionais toda colaboração ao seu alcance, para uma adequada orientação vocacional à mocidade pontagrossense. Para isso ministra palestras em Seminários, Casas de Formação religiosa, Colégios da rede estadual e particular. "O Serra Clube de Ponta Grossa", é uma associação assistencial, que presta apoio não só de ordem moral como também material.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 63/82

PARECER

De autoria do ilustre Deputado CYRO MARTINS, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública o "SERRA CLUBE DE PONTA GROSSA", com sede na cidade do mesmo nome.

Estão presentes os requisitos legais bem como as formalidades regimentais, inexistindo óbices de qualquer ordem que impeçam a normal tramitação do processo pelos demais órgãos desta Casa.

Em razão do exposto, opinamos favoravelmente à APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO, Presidente,

ADALBERTO DAROS, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 04/82, (Mens. Govern. n.º 01/82, ex-Proposição n.º 04/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná e respectivamente os Municípios de Arapongas e Ibiporã, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 05/82, (Mens. Govern. n.º 02/82, ex-Proposição n.º 05/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Lupionópolis e São Jerônimo da Serra, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 07/82, (Mens. Govern. n.º 04/82, ex-Proposição n.º 07/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através de órgãos que especifica e a Fundação de Serviços de Saúde Pública, objetivando a prestação de serviços de processamento eletrônico de dados, pelo Centro de Processamento da Unidade de Planejamento Sul, da referida Fundação.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 08/82, (Mens. Govern. n.º 05/82, ex-Proposição n.º 08/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termo aditivo aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios aqui nominados, objetivando a construção de micro sistema de abastecimento de água nos referidos municípios.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (João Iwansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando envio de ofício ao Departamento de Estradas de Rodagem, encarecendo urgente solução para a grave

situação do trecho asfáltico que liga Vera Cruz e Diamante do Oeste no Município de Matelândia, pois é desprovido de acostamento e o trânsito de veículos de tração animal é muito intenso. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 46 e 63/82; e dos projetos de Resolução n.ºs 04, 05, 07 e 08/82; 43 e 44/82.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 162/81, 32, 48, 51, 54 e 55/82.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 148/82

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

exonerar ANNIBAL DUMONT, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Lázaro Dumont.

(Protoc. n.º 5227).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 149/82

I — prover JOÃO CAPALDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Lázaro Dumont; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 5227).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 150/82

Art. 1.º — Os ocupantes do cargo de Auxiliar de Comissão AL-200.9, criado pela Lei n.º 7622, de 24 de julho de 1982, terão as mesmas atribuições e responsabilidades dos ocupantes do cargo de Secretário de Comissão, percebendo as vantagens pecuniárias deste cargo, desde que efetivamente estejam secretariando comissões técnicas deste Poder.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Art. 9.º, da Lei n.º 7622).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 01/07/82.

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 153/82

conceder à funcionária LÍGIA MARIA DA SILVA, matrícula n.º 186, no cargo de Assistente de Comissão "B", do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 16/07/82

DECRETO LEGISLATIVO N.º 154/82

revogar o Decreto Legislativo n.º 345/77, de 11 de maio de 1977, que designou para exercer as funções de Assistente Técnico, o funcionário RONALDO BAPTISTA, matrícula n.º 430, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 155/82

revogar o Decreto Legislativo n.º 417/78, de 11 de agosto de 1978, que designou para exercer as funções de Consultor Legislativo, o funcionário ISMAR DELLAGASSA PASSOS, matrícula n.º 263, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 156/82

revogar o Decreto Legislativo n.º 551/78, de 31 de outubro de 1978, que designou para secretariar a Comissão de Finanças, o funcionário NELSON SILVIO SALLES, matrícula n.º 481, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 157/82

revogar o Decreto Legislativo n.º 06/80, que designou para secretariar a Comissão de Indústria e Comércio, o funcionário JAYRO CAMARGO, matrícula n.º 454, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 158/82

revogar o Decreto Legislativo n.º 180/80, de 19 de março de 1980, que designou para secretariar a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a funcionária DIVA DO VALLE CAVALCANTI, matrícula n.º 240, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 159/82

revogar o Decreto Legislativo n.º 385/75, de 12 de junho de 1975, que designou para exercer as funções de Secretário da Comissão de Terras, Colonização e Imigração, o funcionário AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS, matrícula n.º 355, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 160/82

revogar o Decreto Legislativo n.º 537/75, de 15 de julho de 1975, que designou para exercer as funções de Secretário da Comissão de Polícia, o funcionário JOÃO ALBERTI ANDRETTA, matrícula n.º 476, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 161/82

revogar o Decreto Legislativo n.º 262/78, que designou para exercer as funções de Secretário da Comissão de Indústria e Comércio, o funcionário SERGIO ANTONIO SOUTO, matrícula n.º 087, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 162/82

revogar o Decreto Legislativo n.º 236/81, que designou VALTER ANTONIO MARCHIORATO, matrícula n.º 366, para substituir o funcionário AIMORÉ OD ROCHA, no cargo de Assistente Legislativo A, enquanto perdurar o seu impedimento, de acordo com o Art. 71, parágrafo 2.º, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 163/82

revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 109/82, que designou JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, matrícula n.º 419, para substituir o funcionário LUCIANO LACERDA FILHO, no cargo de Assistente Legislativo A, enquanto perdurar o seu impedimento, de acordo com o Art. 71, parágrafo 2.º, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 164/82

revogar o Decreto Legislativo n.º 231/81, que designou ENIO SANTÂNGELO MALHEIROS, matrícula n.º 475, para substituir o funcionário REGINALDO FANCKIN, no cargo de Consultor Legislativo A, enquanto perdurar o seu impedimento, de acordo com o Art. 71, parágrafo 2.º, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 165/82

revogar o Decreto Legislativo n.º 224/81, que designou JOSÉ CARLOS PEREIRA PAIVA, matrícula n.º 180, para substituir o funcionário PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, enquanto perdurar o seu impedimento, de acordo com o Art. 71, parágrafo 2.º, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 166/82

revogar o Decreto Legislativo n.º 383/75, de 12 de junho de 1975, que designou para exercer as funções de Secretária da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, a funcionária MARLENE COUTO DE CRISTO, matrícula n.º 175, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 167/82

revogar o Decreto Legislativo n.º 375/79, de 07 de maio de 1979, que designou para secretariar a Comissão de Tomada de Contas, a funcionária EUMÊNIA DE OLIVEIRA, matrícula n.º 469, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 168/82

revogar o Decreto Legislativo n.º 385/79, de 14 de maio de 1979, que designou para secretariar a Comissão de Turismo, a funcionária CLÉA CARNEIRO TEIXEIRA, matrícula n.º 261, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 169/82

revogar o Decreto Legislativo n.º 266/81, que designou RITA SOARES BERTOLI, matrícula n.º 052, para substituir o funcionário FRANCISCO ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, enquanto perdurar o seu impedimento, de acordo com o Art. 71, parágrafo 2.º, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 170/82

revogar o Decreto Legislativo n.º 154/75, de 19 de março de 1975, que designou os funcionários CELSO APPARECIDO DE CASTRO e RONALDO LOPES LINHARES, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercerem as funções de Assistente Técnico.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 171/82

autorizar SANDRA OTÍLIA CARDOSO MARIA SOBRINHO, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei

n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete da Presidência, até 31 de dezembro de 1982, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo n.º 82/81. (Protoc. n.º 4390).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 172/82

exonerar LÍDIA DO ESPÍRITO SANTO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ezequias Losso, ficando revogado o item II, do Decreto Legislativo n.º 266/80, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos. (Protoc. n.º 5317).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 173/82

I — prover ERNESTO HANSEN DE CASTILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ezequias Losso; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos. (Protoc. n.º 5317).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 174/82

revogar o Decreto Legislativo n.º 243/81, item I, que designou para exercer as funções de Chefe da Divisão de Pesquisa e Documentação, do Gabinete da Consultoria Legislativa, o funcionário JOSÉ RENATO DUARTE, matrícula n.º 039, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. n.º 4894).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 175/82

designar JOÃO MARIA SERPA, matrícula n.º 070, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Oficial de Gabinete da Diretoria Geral, percebendo as vantagens inerentes ao cargo. (Protoc. n.º 5260).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 176/82

conceder três (03) meses de licença especial a partir de 01 de agosto de 1982, a JOÃO CRUZ, matrícula n.º 209, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 247, § único, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio compreendido entre 07 de janeiro de 1976 e 07 de janeiro de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 5.000/82).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30/07/82

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SQUAREZI — 2º Secretário